

REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NAS ESCOLAS DO CAMPO E DE SEUS INTELECTUAIS

André Luis Duarte¹
Luiz Bezerra Neto²

Resumo

A proposta deste artigo é refletir sobre os elementos religiosos que se fazem presentes nas escolas do campo, com o objetivo de pensar alguns aspectos inerentes à educação, à escola e seus intelectuais. A partir de um ponto de vista teórico, apresentamos uma perspectiva que envolve a esfera da laicidade: a importância de um ambiente escolar democrático e a extensão cultural que envolve o posicionamento político de seus intelectuais. A discussão proposta segue em uma análise acerca do respeito à diversidade cultural que busca capturar elementos da realidade campestre inerentes ao campo educacional, com a intenção de elucidar as tensões entre a religião e o ensino laico. O fortalecimento da educação pública requer um movimento cultural emancipatório livre de aspectos de caráter mítico, que por sua vez necessita de representantes intelectuais com posicionamento político popular a fim de promover práticas educacionais democráticas de fato. Esse é o desafio que está posto para os educadores do campo que acreditam na possibilidade da criação de espaços democráticos, com uma educação laica em um ambiente historicamente arraigado de dogmas religiosos que se cristalizaram ao longo dos tempos e se fazem, mesmo que subjetivamente, pertinentes nos dias atuais.

Palavras-chave: Ambiente escolar democrático. Cultura religiosa. Educação laica.

Abstract

The purpose of this article is to reflect on the religious elements that are present in rural schools. Our objective is to discuss about some aspects inherent to education: the school and its intellectuals. From a theoretical point of view, we present a perspective that involves the sphere of secularism: the importance of a democratic school environment and cultural extension involving the political positioning of its intellectuals. The proposed discussion follows in a review about the respect the cultural diversity that seeks to capture elements of reality inherent in the educational field peasant, with the intention of elucidating the tensions between religious and secular education. The strengthening of public education requires a cultural emancipator movement free of aspects of mythical character, which in turn requires intellectual representatives with political positioning in order to promote popular democratic educational practice indeed. This is the challenge that educators who believe in the possibility of creating democratic spaces will probably face, it

¹ Bolsista PIBIC na UFSCar. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo. Contato: aldcape@gmail.com

² Doutor em Educação. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo. Professor do Departamento de Educação na Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. Contato: lbezerra@ufscar.br

means: apply a secular education in an environment of historically rooted religious dogmas that have crystallized over time.

Key words: Democratic school environment. Religious culture. Secular education.

Introdução

Discutir a questão religiosa, sobretudo no ambiente escolar vem se transformando num tabu, principalmente devido ao fato de que, em virtude das crises econômicas das últimas décadas, a população vem cada vez mais aderindo aos elementos de superstição por elas disseminados. Por outro lado, não se pode negar que o elemento religioso é um fato histórico que se faz presente no âmbito educacional, seja ele urbano ou rural. Isto ocorre devido ao fato de que o ensino religioso, de alguma forma, esteve presente nas escolas brasileiras até o ano de 1997, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei nº 9475/97, que entrou em vigor no dia 22 de julho. A referida lei assegura o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e impede quaisquer formas de proselitismo religioso nas escolas públicas. Com essa determinação a escola não confessional deixa de ter um caráter religioso dogmático e passa a ser um ambiente onde todos podem frequentar sem que sejam impelidos a promover determinada crença religiosa que possa ir contra suas opiniões pessoais.

Com essa lei a escola poderá criar aspectos multiculturalistas que abranjam todas as possibilidades sem discriminar, mesmo que de forma isolada, nenhum grupo distinto, assim sendo, a formação do indivíduo deixará de ser fundamentada em teorias religiosas e se voltará para uma educação como instrumento de construção do ser social livre de alienações míticas e místicas.

A lei que proíbe a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas caminha na direção da construção de um Estado laico e republicano e em consequência, a uma escola pública laica, em contraposição à herança cultural deixada da época em que havia uma união entre a igreja e o Estado, claramente manifesta em muitas práticas de sala de aula. Dentre os aspectos mais notórios desta ligação se identificam imagens, orações obrigatórias e até mesmo crucifixos pendurados nas paredes. Assim, podemos facilmente compreender que o povo do campo apresenta concepções de mundo bastante ligadas à religião, especialmente ao cristianismo, até mesmo por seu contexto histórico. Por outro lado, não se pode negar que é comum que o cristianismo, por sua característica expansionista e por sua missão de promover a evangelização e de procurar tornar-se universal, inferiorize e discrimine outras religiões (especialmente as de matrizes africanas), negando, inclusive, as concepções de mundo da ciência moderna. Sendo assim, é necessário que a educação tenha a preocupação de desenvolver o respeito às outras formas de ver o mundo. A conscientização do sujeito sobre as diversidades culturais deve ser fator vital nas comunidades rurais, a fim de garantir minimamente as condições de um ensino público laico.

Alienação popular

A pedagogia histórico-crítica, ao discutir os processos educacionais tem trabalhado a partir de perspectivas emancipatórias, buscando instrumentalizar os indivíduos para que se livrem de todas as formas de alienação. Neste sentido, admitir práticas religiosas em sala de aula seria imergir todos os educandos em um subjetivismo ilusório que iria bloquear a capacidade reflexiva e crítica do indivíduo como ser social, portanto condicioná-lo a um sistema fatalista inerente ao conformismo e de forma oculta agrilhoar possíveis mentes hereges (mentes pensantes, críticas e reflexivas da práxis).

Esta realidade acima descrita somente é possível pelo fato, de ser religião, uma invenção fantástica do ser humana que se sustenta pelo entusiasmo do impossível, do não concreto, do não palpável. Ao se referir a esse mundo de fantasias eclesiásticas Marx destaca que:

o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o *homem* não é um ser abstrato, acororado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um mundo *invertido*. A religião é uma teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu *point d'honneur* espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação. Ela é a *realização fantástica* da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião. (MARX, 2010, p. 145).

A religião é uma invenção social que visa confortar no humano, algumas angústias através de um sistema de abstração. As religiões buscam explicar o *não explicável*, ou seja, a religião serve a tudo que a ciência não consegue afirmar como conclusivo. Assim o sujeito se adequa a um sistema de conformismo vicioso que o faz acreditar que os dogmas foram criados por um ser superior aos humanos e que caso não sejam cumpridos este será punido por este ser sobrenatural. Nesse aspecto, estabelece-se uma relação de poder imposta pelo “deus” de cada religião através de um sistema hierárquico implantado no seio da sociedade, em que “deus” está acima de tudo. Com isso, os “representantes” desse deus conseguem oprimir os indivíduos a fim de levá-los a praticar aquilo que reflete os interesses das camadas dominantes daquela sociedade, seja ela cristã, árabe, judaica, africana ou que traga qualquer outra denominação. O fato concreto é que esse movimento tenta de fato afagar as angústias dos indivíduos, facilitando a dominação pelas camadas abastadas economicamente e por seus representantes nas estruturas de poder.

Essa alienação religiosa tem como finalidade manter o sujeito em uma situação de felicidade enganosa, que faça com que ele se sinta bem ao promover os movimentos alienatórios, fazendo com que ele influencie os indivíduos a sua volta e faça mais adeptos dessa crença, ou seja, disseminando as culturas religiosas a fim de atingir a maior hegemonia possível. A cultura religiosa se aproveita das angústias, das injustiças sociais para afirmar que com a fé os seres humanos conseguem afagar seus sofrimentos, pois há algo superior que irá zelar pelo seu bem estar e trazer para eles, acontecimentos benévolos.

Quando a religião promete algo de tal proporção ela faz uso indiscriminado da ideologia, pois nenhuma dessas promessas de superação de dificuldades tem fundamento

material, baseado no mundo sensível, deste modo os homens são imersos em um mundo não real, não concreto, totalmente inverso ao universo tangível. Com isso a sociedade perde a consciência de mundo e toma uma visão abstrata da realidade, o que configura uma alienação que provoca uma ação de cegueira, onde a verdade absoluta passa a ser única e exclusivamente a da crença religiosa.

Criticar as formas religiosas é algo necessário, pois, somente assim poderemos nos livrar dos agrilhoamentos postos pelos dogmas dos clérigos. Assim poderemos nos libertar da alienação, das ilusões e superstições e partirmos para uma concepção de humanidade marcada pelo material que nos possibilite a ter consciência de que não foi “deus” que nos fez à sua imagem e semelhança, mas nós que o fizemos à nossa imagem e semelhança. Ao descobrir que deus é uma criação social que permanece no mundo das ideias e não é palpável, a sociedade poderia reduzir sua autoalienação ao desvelar essa falsa leitura da realidade a fim de estabelecer a verdade, e a razão de fato. Nesse importante movimento Marx ressalta que:

A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo. (MARX, 2010, p. 146).

Ao abandonar as ilusões e superstições o homem dá o primeiro passo para prática reflexiva da realidade concreta e passa a analisar todo movimento vital humano de forma crítica. Esse processo é chave de saída do *vale de lágrimas*, cujo *prestígio* é da religião, para o mundo real, do qual o homem é responsável pela sua *constatação*, sua *consciência*, pois sem homem não há mundo, mesmo que em uma suposição utópica, que não haja nenhum ser humano vivo na orbe, ainda torna-se necessário algum indivíduo presente na face terrestre para dizer *isso é o mundo*.

Contextualização das primícias religiosas na educação brasileira

Desde os primórdios da educação no Brasil, notamos uma cultura colonial carregada de práticas religiosas, sobretudo porque os colonizadores eram de tradição cristã. Um dos fatos que mais demonstram essa cultura cristã aconteceu logo na chegada dos portugueses ao Brasil, quando Pedro Álvares Cabral avistou um monte ao mar e o nomeou de Monte Pascoal pois estavam passando pelo oitavo dia da Páscoa (Celebração cristã da ressurreição de Jesus Cristo), logo após fizeram uma cruz com árvores e fincaram-na no chão onde posteriormente no dia 26 de Abril de 1500 foi celebrada a primeira missa em território brasileiro, afim de firmar a soberania cristã nesse novo rincão. Após esses eventos os padres começaram a tentativa de catequização dos indígenas com a intenção de evangelizá-los para que a hegemonia cristã prevalecesse entre o povo ameríndio. Com isso, Pero Vaz de Caminha, acreditando que a conversão dos índios não seria difícil, pede ao rei para que mande o clérigo com o intuito de batizar esse povo e mostrá-los um pouco mais sobre a fé católica. Sobre este aspecto Wrege afirma que:

Dispondo de uma concepção idealista do homem, os padres acreditavam ser possível alterar o modo de ser dos homens pela persuasão do discurso. Tratava-se de um embate de forças entre a crença de que a economia originava uma certa desmoralização e, a religião era possível solucioná-la. (WREGE, 1993, p. 60).

Para explicar tal fato é necessário voltarmos um pouco mais na história, desde a morte de Jesus Cristo. Suas pregações se disseminaram por todo Império Romano. No ano de 395 ocorreu a divisão do Império entre Ocidente e Oriente. Esse processo fez com que no século VI alguns reinos implantassem em seus territórios, sobretudo no Império Romano do ocidente, o lugar em que a autoridade política máxima passava a ser o papa. O cristianismo dos europeus fez parte de uma condição situacional histórica em que a alta hierarquia do clérigo era responsável por gerir o Império Ocidental. A política de dominação do papado tinha aspectos culturais cristãos que visavam o controle através da ação religiosa, através das pregações bíblicas subjetivas de Jesus que se encontravam nas escritas religiosas a fim de garantir a conquista e manutenção do poder.

Diante destes fatos, fica visível a presença religiosa na educação desde a chegada dos europeus às terras Brasileiras. A cultura social da colônia emanava exatamente do reflexo dessa hegemonia que predominava nos povos das áreas rurais, cujas produções vitais eram o *plantio*, dentre eles: o feijão, o milho, a abóbora e principalmente a mandioca, cuja farinha se tornou um alimento básico da Colônia.

Essa presença religiosa é facilmente identificada até os dias atuais nos povos do campo, refletindo diretamente nos ambientes escolares que ali se situam, configurando uma educação de caráter alienado sem o fim de promover a autonomia dos sujeitos. Como já dito, bem sabemos que a religião é uma invenção sócio-cultural, então a história está diretamente relacionada com a cultura, ou seja, o indivíduo faz história, portanto, produz cultura. Ao nascer o homem encontra-se sem qualquer tipo de cultura, para se tornar um ser social ele precisa se apropriar da *cultura historicamente produzida*. Com esse processo, o indivíduo contribui para criação e recriação dessa mesma cultura. Assim, a emancipação social dos aspectos alienatórios por via da religião ou das culturas religiosas será fundamental para a construção de uma sociedade democrática e igualitária, como almejado pelos defensores de uma sociedade socialista que tenha por base o materialismo histórico e dialético.

Considerar o homem como ser histórico implica em considerá-lo como ser social e, para além disso, como ser político. Esse ser em seu sentido mais amplo exprime a convivência entre pessoas coletivas e individuais, podendo ser feito de duas formas distintas: pela democracia (diálogo) ou pela dominação (anula-se o coletivo e torna-o um objeto). O ser histórico que se aliena acaba por praticar uma ação opressiva que faz o indivíduo perder a consciência histórica de mundo. Nesse sentido, podemos depreender que a história deve ser analisada criticamente com a intenção de transformar a realidade ou manter seu *status quo*. Assim sendo, fazer uso religioso na educação seria meramente reproduzir a história sem a modificar. Há que se problematizar o contexto atual e histórico em busca da democratização que respeite a diversidade em todas as esferas (coletivas ou não) a fim de elucidar a essência real da religião (aquilo para além das aparências) e não apenas as aparências imediatas exprimidas nitidamente pelo senso comum dos imersos às crenças cristãs.

Os intelectuais orgânicos e a relevância de suas políticas

Os intelectuais orgânicos são os responsáveis pela representação e organização da massa do povo, sendo assim eles são respeitados pelo grupo social em que estão inseridos e, conseqüentemente, conquistam a confiança desse coletivo. Os intelectuais constituem-se num grupo distinto na sociedade, não apenas porque são intelectuais, mas porque desempenham esse papel na massa, portanto todos somos seres intelectuais, mas apenas alguns executam essa função social. Considera-se que todo ser pensante é um ser intelectual porque qualquer trabalho pode ser considerado intelectual, pois por mínimo que seja existe uma qualificação técnica, isto é, atividade intelectual.

Assim podemos dizer que todo líder é um intelectual orgânico, ele é o responsável pelo norteamento do grupo a que se refere em suas ações e finalidades, com isso podemos elencar alguns líderes que encontramos no cotidiano, tais como professor, prefeito, vereador, palestrante, locutor, padre, entre outros. Dentre as categorias Gramsci destaca:

A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, da assistência, etc. (GRAMSCI, 1988, p. 5).

Nessa vertente fica clara a relevância que esses representantes do coletivo exercem em suas práxis, ou seja, quando o povo aplica sua confiança em um líder eles acabam por internalizar seus discursos e na maioria das vezes esse grupo passa a praticar esses conceitos e defendê-los como verdadeiros e até únicos. Por isso esses intelectuais têm em suas mãos um papel importantíssimo que pode ser usado para fins de dominação ou libertação do povo. Cabe a ele ter consciência de seu papel e exercê-lo de forma consciente. Em um aspecto mais pedagógico, a educação (no macro) e a escola (no micro) são meios de criação de novos intelectuais de variados âmbitos. Esses intelectuais não podem ser formados para agir na subjetividade e desfocar ainda mais o olhar do povo inerente a realidade, mas tornarem-se líderes participantes ativos na prática, com caráter de *ação persuasória*. Deste modo ele passa a agir como um especialista arraigado de questões políticas que atuam diretamente na construção e organização social. Caso os eclesiásticos de cunho conservadores continuem influenciando na formação dos líderes novatos, esses novos intelectuais poderão fazer uso de uma prática dominadora que terá caráter opressor, o que leva a um ciclo de reprodução da cultura do monopólio e da dominação sem espaço para a democracia e sem espaço para o surgimento de intelectuais orgânicos do povo. De acordo com Gramsci:

A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade. (GRAMSCI, 1988, p. 5).

Fundamentados nesta concepção é possível perceber que o intuito eclesiástico não é única e puramente promover a fé católica nos ambientes escolares, mas açambarcar a ciência para si, de modo a garantir que todo conhecimento transmitido em ambientes oficiais passe por seu crivo e não estimule a criatividade e a criticidade, mas a aceitação dos condicionantes dogmáticos e, para além disso, que os privilégios do estado, estejam eles em qualquer esfera, sejam de algum modo ligados ao clérigo. Dessa forma a religião chega ao alto escalão da hierarquia burguesa sem provocar reação por parte da classe dominante, mantendo os expropriados de suas propriedades em suas classes de origem com sua alienação promovida desde as bases da educação.

Em sua grande maioria, os intelectuais do campo são *tradicionais*, logo são ligados à massa social e pequeno-burguesa das cidades. Nesse caso, o intelectual consegue transitar entre a massa e a administração estatal, isto é, ele tem a função de ligar as duas esferas, mesmo porque a mediação profissional dificilmente se destaca da mediação política. Nessa relação do povo com o intelectual, este se torna um exemplo, e Gramsci destaca uma consequência do intelectual do campo como modelo para a população que ali vive:

[...] no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele do médio camponês e representa, por isso, para este camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la. (GRAMSCI, 1988, p. 13).

O camponês enxerga no intelectual uma possibilidade de melhorar suas condições materiais e ascender socialmente, livrando-se das limitações inerentes à atual conjuntura, mesmo que minimamente. Então essa ânsia pela melhora faz com que o indivíduo não reflita se o intelectual realmente está promovendo ações com o intuito de melhorar os condicionantes materiais de todos, e acaba por reproduzir exatamente os mesmos passos do intelectual, pretendendo atrair para si as mesmas regalias sociais. Esse processo pode ser perigoso. Ao não refletir sobre suas ações, o camponês pode estar saindo da posição de alienado e passando para a posição de alienado-alienador, assim sendo, aquele que antes era oprimido passa a oprimir a parte da população de que se originou.

A teoria dos intelectuais orgânicos de Gramsci caminha de forma a expor a relevância dos variados tipos de representantes do povo, bem como eles podem influenciar na trajetória de um determinado grupo social, assim como as formas de subordinação a eles. Outro aspecto interessante é como na sociedade alguns grupos precisam que estes líderes estejam engajados e comprometidos com a política social e que compreendam as realidades do grupo, além do uso de práticas que tenham a finalidade de transformar e organizar as questões do coletivo. Nessa linha de raciocínio Gramsci ressalta que:

Não se compreende nada da vida coletiva dos camponeses, bem como dos germes e fermentos de desenvolvimento aí existentes, se não se levam em consideração, se não se estuda concretamente e não se aprofunda esta subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto,

está ligado aos movimentos dos intelectuais e dele depende. (GRAMSCI, 1988, p.13)

Para Gramsci é importante que haja o real engajamento para que, ao exercer essa função na sociedade, o intelectual não se desvie da luta pelo coletivo e se aliene aos dominadores, e mais especificamente, no caso do rural, aos eclesiásticos. A educação, que forma os intelectuais não pode ter caráter alienante inerente a presença religiosa nos ambientes escolares. Essa educação deve ser laica, afim de que predomine o respeito à diversidade, isto é, uma educação democrática que leve em conta as variadas culturas e com isso desmonopolize o conhecimento das mãos do clérigo. Para demonstrar quão autoritária é a religião, Gramsci enfatiza que:

o nascimento e desenvolvimento do catolicismo e da organização eclesiástica que, por muitos séculos, absorveu a maior parte das atividades intelectuais e exerceu o monopólio da direção cultural, com sanções penais para quem se opusesse, ou mesmo ignorasse, o monopólio. (GRAMSCI, 1988, p. 16).

A educação, a escola e o intelectual que promovem em ambientes escolares quaisquer tipos de manifestação religiosa, estarão sendo tão autoritários e alienadores quanto a religião. A cultura a ser transmitida na escola deve servir às massas e não apenas a um pequeno grupo que institui aquilo que reflete seus interesses, ou seja, a conservação e manutenção do poder. Para os eclesiásticos o ato de emancipação da massa significa colocar contra eles uma grande gama de seres pensantes, o que representaria um risco para a manutenção dos dogmas religiosos, portanto quanto mais alienados forem os oprimidos, melhor, mesmo porque eles se curvam aos dogmas e aplicam suas confianças nesses intelectuais orgânicos religiosos e, acabarão por fazer a internalização de seus discursos como verdadeiros e viverão em um subjetivismo ilusório.

O ensino em algumas escolas do campo no interior do estado de São Paulo

O curso de pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, promoveu no primeiro semestre de 2012 uma visita às escolas do campo de um município situado à cerca de 260 Km de São Paulo (Capital), onde a diretora das escolas do campo possibilitou a observação da realidade cotidiana desses ambientes. Ao todo são cerca de cinco escolas, cada uma em uma comunidade rural que atende a região. Na *primeira* escola visitada o simbolismo religioso era evidente. Em todos os ambientes havia pelo menos uma representação religiosa, tais como crucifixos e imagens. Porém, não ficou muito evidente se os professores faziam uso de práticas religiosas, pois não houve nenhuma manifestação durante nossa visita.

Na *segunda* escola, foi um pouco diferente. As representações se mantinham (imagens e crucifixos), e, para além delas, havia no cronograma de aula do dia, escrito na lousa, a atividade que propunha realizar uma *oração* em dois momentos naquele dia. Ao voltarmos dessa escola o motorista do transporte cedido pela prefeitura, questionou-nos sobre uma discussão ali realizada, exatamente sobre o problema do uso da escola com

finalidades religiosas. Explicamos que estávamos impressionados com a presença religiosa naquela escola e que achávamos que essa prática poderia significar uma falta de respeito com a diversidade cultural brasileira. O motorista nos informou que seu filho também era aluno de uma escola com esse caráter e que ele era protestante, revelando certa preocupação com a questão, manifestada também pelo próprio menino.

A *terceira* escola foi a mais impactante. No corredor de entrada já existem dois quadros com fotos de representantes do alto escalão da igreja católica. Em sua única sala há uma imagem de um santo católico e um crucifixo, pendurados acima da lousa e ainda uma gruta ao lado com a imagem do nascimento de Jesus Cristo. As duas últimas não evidenciaram nada de religioso em nossa visita. Mas antes que fossemos embora, visitamos uma escola urbana, e lá também havia imagens de Jesus Cristo crucificado acima das lousas nas salas de aula.

A escola que mais nos instigou a refletir sobre as questões educacionais laicas foi a *terceira*, pois fomos surpreendidos com tanta expressão religiosa em um ambiente que deveria a priori ser totalmente laico. Durante a visita a um monumento histórico da cidade, a diretora quis ouvir o que tínhamos a dizer sobre as escolas visitadas. Logo nos posicionamos contrários aos aspectos religiosos muito presentes nas escolas do campo. A diretora nos explicou que precisa desses ambientes arraigados de religiosidade para atrair a população a fim de garantir a presença dos filhos dos camponeses. Além disso, ela promove mensalmente, algumas palestras com oradores que não são educadores profissionais e que não necessariamente falam sobre um assunto com o qual estão familiarizados, o que pode comprometer a qualidade destes encontros e fazer com que o conhecimento ou a cultura transmitidos ali seja questionável. Nesse último aspecto, a diretora se posicionou da mesma forma, explicando que tenta trazer os pais para a escola, com pessoas que eles acreditam dizer coisas importantes sobre a educação de seus filhos, cumprindo o papel de intelectual orgânico da população, tal qual vimos nos textos de Gramsci.

De acordo com a diretora há que se saber atrair os indivíduos para as questões educacionais, mas o movimento feito nesse município indica o aproveitamento superficial das palestras mensais, que têm um caráter assistencialista e que não parecem contribuir efetivamente para a transformação da realidade. Uma educação comprometida com a emancipação cultural do habitante do campo precisa, necessariamente, enfrentar certas questões. Seria importante a introdução de intelectuais orgânicos que estejam engajados na esfera educacional e que tragam de fato discursos pertinentes e promovam a reflexão através da problematização e do diálogo, além desses líderes populares. Para o bom funcionamento da escola não podemos excluir os representantes populares que já conquistaram a confiança das comunidades rurais mas, também não podemos deixar de introduzir nesses encontros, novos líderes com conhecimentos científicos suficientes para promover a conscientização do coletivo do campo, pois como afirma Saviani, “A escola existe, pois, para proporcionar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2011, p. 14).

Considerações finais

O presente artigo perpassa pela realidade cotidiana do campo que ainda se encontra arraigada de manifestações religiosas de pequenas e grandes proporções, e tenta observar as variadas formas de alienação existentes objetiva e subjetivamente nas relações da massa com seus representantes e o Estado, passando pela história para justificar a presença intensa de religiosidade no cotidiano nos dias atuais.

O papel da escola do campo deve ter o mesmo caráter da escola urbana, garantir a instrumentalização necessária para possibilitar o acesso ao conhecimento científico; mas a atual conjuntura demonstra que isso ainda não é de fato garantido, então através da participação comunitária na educação, consegue-se orientar e esclarecer a realidade concreta da educação no campo e assim promover ações a fim de transformar a realidade. Enfim, bem sabemos que culturalmente os pais não participam da vida escolar dos filhos, em virtude de fatores diversos, como as jornadas intensas de trabalho. Mas essa participação é importante elemento que pode auxiliar em mudanças significativas da realidade educacional, portanto ela deve ser estimulada pela escola. Outro aspecto aqui tratado foi a alienação. Aqui expusemos a alienação religiosa com a finalidade de demonstrar quão necessária é a laicidade para o exercício de uma real democracia, pois ela leva ao respeito à diversidade cultural. A finalidade da escola não é ser espaço de manifestações religiosas, mas garantir os conhecimentos necessários à formação do ser social-crítico e reflexivo. Além disso, e mais pontualmente, exploramos o conceito de Antonio Gramsci sobre os intelectuais orgânicos, que no caso do povo do campo, a escolha desses representantes é fato pertinente, pois essa massa tende a se espelhar em líderes populares, tais como médicos, prefeitos, padres, etc. E levando em conta essa cultura de escolha de líderes, é necessário que a massa do campo tenha conhecimento suficiente para escolher criticamente seus intelectuais.

Foi discutido também o papel do intelectual orgânico que consegue transitar entre as questões do coletivo e o Estado. Esse articulador está engajado e comprometido com a transformação dessa realidade, e além disso, preocupado com a orientação do coletivo para que saibam como lutar por seus direitos.

E finalmente, esclarecemos que a escola deve ser laica não só porque é necessário garantir o respeito à diversidade, não apenas para garantir a finalidade real desse ambiente, mas também para afirmar que a religião não tem outra intenção na educação senão a manutenção de seu poder, utilizando-se de ferramentas como a alienação e a opressão. Na história, o clérigo tem se aliado à burguesia para manter sua dominância e garantir sua segurança. A história também nos ensina a importância que essa manutenção tem através de alguns métodos que os eclesiásticos fazem uso, tais como, punições e sanções sádicas para os que se opuserem ou não colocam em prática os dogmas religiosos. Esse autoritarismo baseado em um ideal hierárquico faz com que o sujeito se adapte à cultura religiosa, pois do contrário ele estará se insubordinando à vontade divina. Se o clérigo pratica algo de tamanha obrigação à subordinação, valores e concepções de mundo religiosos não podem ser aceitos na educação, pois é no ambiente escolar que são formados os novos representantes do povo.

Espera-se que esse artigo provoque reflexões nos profissionais da educação do campo, para que passem a refletir e vivenciar de forma crítica sua práxis. Bem sabemos que para fazer isso em um ambiente arraigado de religião há que se ter muita ousadia e comprometimento (porém, não sem amparo da lei nº 9475/97), a fim de que a escola do campo forme indivíduos cada vez mais bem preparados para a realidade concreta do mundo. Sem que sobre seus olhos esteja uma venda impedindo sua avaliação crítica da

sociedade e que o faça pensar estar obrigatoriamente subordinado a uma hierarquia ideológica ilusória.

Referências

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010. (Ed. orig. 1843).

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

WREGGE, Rachel Silveira. **A Educação Escolar Jesuítica no Brasil-Colônia**: Uma leitura da Obra de Serafim Leite “História da Companhia de Jesus no Brasil”. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1993.